Publicação do Conselho Regional de Psicologia CRP - 07

IMPRESSO ESPECIAL

CONTRATO Nº 0367/ 01
ECT/DR/RS

CRP-07-Conselho Regional de Psicologia
7ª Região
ACF B.GONÇALVES

entre Linhas

Novembro/Dezembro 2001 Nº 11 ANO II

FORA DOS CONSULTÓRIOS

Redução de Danos na luta contra o HIV

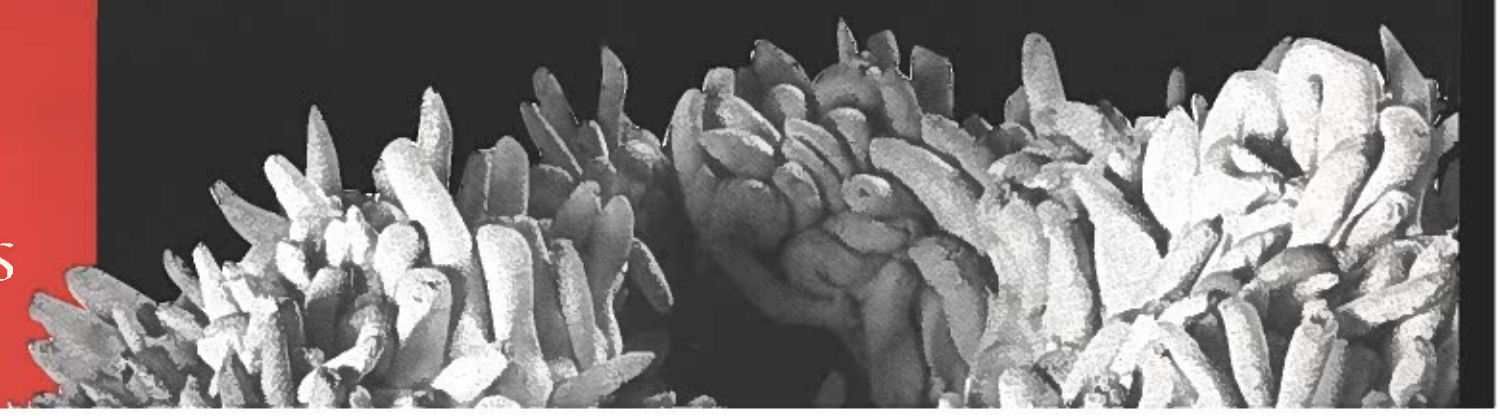


Espaços de construção: *A psicologia como ator social*

O Fórum Social Mundial e as Conferências de Saúde Mental estão entre os projetos considerados prioridade pelo CRP-07.

Confira os detalhes e outras propostas nesta edição.

Secretaria da Justiça credencia psicólogos



editorial

O desafio de se fazer presente

Esta edição do EntreLinhas marca o início do trabalho da nova Gestão para o CRP-07. A formação deste grupo deu-se em meio aos preparativos para o IV Congresso Nacional da Psicologia – Qualidade, Ética e Cidadania nos Serviços Profissionais: Construindo o Compromisso Social da Psicologia, onde as discussões e preparação das teses auxiliaram também na construção de nossa proposta para os próximos três anos.
Para este grupo, a responsabilidade de assumir um trabalho representando nossa categoria traz um grande desafio, que se traduz em parte no nome que escolhemos: Inserção - desejo de se fazer presente em outros espaços além dos já constituídos como próprios da psicologia. Queremos ampliar o trabalho já realizado pelas comissões existentes e fomentar a participação de um número maior de psicólogos neste processo.
Muitas questões atuais para nós são inquietantes como as Conferências de Saúde Mental que nos conclamam a "Cuidar Sim, Excluir Não", ou a acreditar que "Um Outro Mundo é Possível"... Não esquecendo também que os últimos acontecimentos, de ordem mundial, nos trazem a dificuldade de se conviver com as diferenças em um mundo que se diz globalizado. Pensamos que as formas de manifestação ou análise destas situações não são únicas, e nem mérito apenas da psicologia, mas nossa atenção ao que acontece em nossa comunidade, cidade, estado, país, mundo é cada vez mais presente enquanto posicionamento neste social.
Nós da Gestão Inserção, convidamos a todos que reflitam não só fazendo a leitura de nosso jornal, mas que também venham construir esta reflexão-ação conosco. Gostaríamos, ainda, de agradecer a todos que com seu voto, num momento tão importante de exercício de cidadania, fizeram com que este grupo possa estar desde já trabalhando.

Gestão Inserção

Gestão Inserção

- Andréa Giesen Lompa
- Carla Garcia Bottega
- Carla Mariela Carriconde Tomasi
- Célia Angelina Trevisi do Nascimento
- Cristina Armani Madeira
- Dóris Noronha
- Gisele Silva Sanches
- Janice Castilhos Gomes
- Liliana Santos
- Mara Cristina Kozorosky Almeida
- Maria Anastasie de Castro Cortês
- Maria Cristina Carvalho da Silva
- Maria da Graça Corrêa Jacques
- Mylène Geiger
- Ruy Gigante Dias
- Simone Poester Schmidt
- Tatiana Cardoso Baierle
- Vera Elizabeth Verissimo

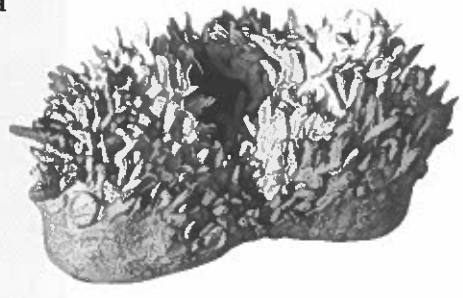
Diretoria

- Presidente: Andréa Giesen Lompa
- Vice-presidente: Carla Garcia Bottega
- Secretária: Carla Mariela Carriconde Tomasi
- Tesoureira: Tatiana Cardoso Baierle

Comissão de Comunicação

- Andréa Giesen Lompa
- Mylène Geiger
- Vera Elizabeth Verissimo
- Walter Firmo de Oliveira-Cruz

As imagens desta edição são esculturas vencedoras no 2º Prêmio Arthur Bispo do Rosário



Mona
Escultura em terracota feita por Mônica Lencioni, usuária da Unidade em Farmaco-dependência do Jabaquara - PMSP

A União dos Opostos para Transcendência
Escultura em cubos de origami e vidro feita por Carmem Borges, psicóloga do Rio de Janeiro (CRP-05)



Conselho de Psicologia do Rio Grande do Sul / CRP-07

Sede
Av. Osvaldo Aranha, 1423 – sala 102
90035.191 – Porto Alegre/RS
Telefone/Fax: (51) 3335.1838
3330.3458
E-mail: crp07@crp07.org.br
Site: www.crp07.org.br

Seção da Serra
Rua Sinimbú, 2091/416
95.020-004 – Caxias do Sul/RS –
Telefone (54) 223.4529
Representante: Patrícia Schroeber

Seção Sul
Rua Félix da Cunha, 772/304
96.010-000 – Pelotas/RS –
Telefone (53) 227.4197
Representante: Giovani Cantarelli

- Os artigos publicados com assinatura são de inteira responsabilidade do autor e não traduzem, necessariamente, a opinião do Conselho Regional de Psicologia.

- Cartas, artigos e outras manifestações devem ser encaminhadas à Comissão de Comunicação. Os artigos devem ter, no máximo, 35 linhas. Por questão de espaço, as cartas podem ser resumidas.

entre Linhas

Edição e textos: Mônica Kanitz (MTb 8103)
Design gráfico: Clô Barcellos/Libretos
Impressão: Pallotti
Tiragem: 7 mil exemplares
Peridiocidade: bimestral
Distribuição gratuita

Na luta contra o HIV

Fórum dos consultórios



Em 1993, em sete das dez cidades brasileiras com maior número de casos de Aids, o uso de drogas injetáveis era a primeira causa atribuída da doença. Esta informação se destaca no prefácio do Manual de Redução de Danos editado pelo Ministério da Saúde e faz parte do cotidiano dos psicólogos que integram a Política de DST/Aids da Prefeitura de Porto Alegre. Entre os vários programas de assistência e prevenção que compõem esta política municipal, um se relaciona diretamente com a perspectiva de mudar um "panorama tão preocupante: é o Programa de Redução de Danos (PRD), definido pelo Ministério da Saúde como "uma estratégia de saúde pública que busca controlar possíveis consequências adversas ao consumo de psicoativos – lícitos ou ilícitos – sem, necessariamente, interromper este uso, e buscando inclusão social ou cidadania para usuários de drogas". De uma maneira mais direta, o programa consiste na troca das seringas usadas por outras, novas e limpas, com a intenção de barrar a infecção do vírus HIV e demais doenças infecto-contagiosas entre usuários de drogas injetáveis.

O Programa de Redução de Danos da Secretaria de Saúde da Prefeitura de Porto Alegre é coordenado por Márcia Colombo, que cursa o sétimo semestre da faculdade de Psicologia da PUC-RS. A futura psicóloga, que está à frente do programa desde agosto passado, trabalha com uma equipe formada por uma psicóloga consultora especialista em drogas e Aids, dois estagiários de Psicologia, um assistente de coordenação e mais onze redutores de danos. Estes são as peças chave do programa, já que têm a atribuição de efetuar a troca das seringas nas áreas selecionadas (atualmente, 15 vilas e no Centro de Porto Alegre). "Este aspecto destaca Porto Alegre entre os PRDs do Brasil porque aqui os redutores de danos e o assistente de coordenação são pessoas da comunidade e que tanto podem ser usuárias ou ex-usuárias de drogas. Nos outros estados, esta função é desempenhadas por técnicos da área da saúde", relata Márcia.

O PRD não se propõe, primeiramente, a combater o uso de drogas, mas tem como paradigma ético o uso limpo da droga injetável. "Não temos uma visão idealizada de uma possível sociedade sem uso de drogas. Partimos da premissa de que a disseminação do HIV é uma ameaça maior para a saúde dos indivíduos e para a saúde pública do que o abuso de drogas. Então, o trabalho é construído em cima de estratégias de sensibilização e estímulo ao auto-cuidado, onde o usuário e familiares são orientados sobre os riscos do uso compartilhado de seringas e práticas sexuais desprotegidas. Já que é impossível evitar o uso, então que seja de uma forma menos danosa para a saúde e cidadania das pessoas", complementa. Eventualmente, quando um usuário manifesta o desejo de abandonar as drogas, este é encaminhado para um ambulatório de tratamento para a dependência química, também oferecido através da política de DST/Aids.

Público desassisitido

Por enquanto, os números ficam nas estimativas, amparados apenas pelas pesquisas desenvolvidas pelo Ministério da Saúde. "Sabemos que em Porto Alegre de 33 a 37% dos novos casos de infecção pelo vírus da Aids são relacionados ao uso de drogas injetáveis. Mas é difícil imaginar a rede que existe por trás daqueles que procuram o PRD... Em alguns lugares chegamos a distribuir 300 seringas, mas nem metade disso retorna. É um trabalho de educação e conscientização constante", conta Márcia. Ainda mais porque envolve um público totalmente desassistido, que apresenta características como desemprego, analfabetismo, falta de moradia e saneamento e no qual a grande maioria são homens jovens, com até 40 anos. "São pessoas sofridas e sem esperanças, que o psicólogo pode ajudar incentivando a construção de seu espaço enquanto indivíduo e cidadão. O oferecimento de uma seringa limpa já desperta uma sensação de auto-estima e ninguém, nem o psicólogo nem o redutor de danos, trava o contato para impor alguma verdade. É um momento no qual o ser humano é valorizado do jeito que ele é", ressalta Márcia Colombo.

Funções estratégicas

Se o trabalho dos redutores de danos é fundamental para o programa, o psicólogo assume a função estratégica de interligar dois códigos de comunicação totalmente diferentes. "O psicólogo pode desenvolver práticas que valorizem a pessoa marginalizada, que a façam se sentir responsável por sua integridade e a levem a escolher a seringa limpa que o programa oferece, por exemplo. Imagina-se que a partir daí venha o resgate da cidadania, num momento em que ela tem consciência de que controlando sua vontade e usando uma seringa limpa ela estará cuidando da sua saúde e dos que se relacionam com ela", observa Márcia. Para isso, a relação com os redutores de danos precisa ser baseada na mais absoluta confiança. "São eles que conhecem os códigos e as redes de relações entre os usuários e sabem como entrar neste universo, tão estranho muitas vezes para os técnicos em saúde", acrescenta a coordenadora. E o trabalho deles é de muita responsabilidade. Todas as noites, em equipes de duas ou três pessoas, os redutores de danos seguem para lugares como o Morro da Polícia, a Vila Bom Jesus, a Restinga ou a Cohab levando kits que contêm seringas e agulhas descartáveis, água destilada, copos para diluição, lenços umedecidos em álcool, preservativos e folders explicativos. O material limpo é deixado num local de referência – normalmente a casa de um amigo do programa –, onde também serão recolhidas as seringas já usadas. Na seqüência, tudo vai para um lixo hospitalar. "Nosso objetivo é diminuir cada vez mais o número de seringas contaminadas em circulação", diz Márcia. Em média, o PRD de Porto Alegre troca cerca de 12 mil seringas por mês, distribui em torno de 15 mil preservativos masculinos e pode disponibilizar até 400 preservativos femininos.

O Programa de Redução de Danos

O conceito de redução de danos surgiu na Holanda em meados da década de 80 e depois se espalhou pela Europa. No Brasil, a primeira tentativa de implantação de um PRD foi na cidade paulista de Santos, em 1989, logo barrada por questões judiciais. Em 1995, o movimento ressurgiu em Salvador e, no ano seguinte, Porto Alegre começava a construir o seu programa. A lei que efetivou o PRD na capital gaúcha é o transformou em política de saúde municipal foi sancionada no ano passado. Atualmente, cidades de onze estados brasileiros mantêm um PRD. De acordo com pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (RJ) e OAAS, entre 1996 e 2000, os casos de infecção do vírus HIV entre usuários de drogas injetáveis (UDI) caíram no RJ de 25% para 8%, na Baixada Santista de 63% para 42% e em Salvador de 49% para 7%. Estes dados destacam o Brasil como o primeiro país em desenvolvimento a conseguir reverter uma epidemia existente. Em Porto Alegre, 60% dos 287 UDI entrevistados numa pesquisa realizada entre abril e junho de 1998 relataram ter diminuído o hábito de compartilhar seringas, ocorrendo uma mudança de comportamento de exposição ao vírus. Isso fez com que o PRD de Porto Alegre fosse reconhecido pelo Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas (UNDCP), em 1998 e pelo Programa das Nações Unidas para o controle do HIV/Aids e Ministério da Saúde em 1999.

O próximo EntreLinhas vai apresentar o trabalho dos psicólogos do COAS (Centro de Orientação e Apoio Sorológico), também da Política de DST/Aids da Prefeitura de Porto Alegre.

A Psicologia *presente* no II Fórum Social Mundial

De 31 de janeiro a 04 de fevereiro de 2002, Porto Alegre volta a ser sede do Fórum Social Mundial, espaço plural e diversificado que reúne entidades e movimentos do mundo inteiro, engajados em ações concretas pela construção de um outro mundo possível, viabilizando alternativas sociais à política de globalização neoliberal.

A psicologia, através do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Psicologia, com apoio das instituições de ensino – UFRGS, PUC, ULBRA e UNISINOS –, toma lugar nesse Fórum, abordando o tema Modos de Subjetivação na Construção de um outro Mundo Possível, o qual se desdobra em três oficinas ou sub-temas: a) Desigualdade, Subalternidade e Autonomia; b) Diferença, Preconceito e Inclusão; c) Redes Sociais, Violência e Solidariedade. Sabemos que o aprofundamento das desigualdades – econômicas, tecnológicas, sociais – e o acirramento das diferenças – étnicas, religiosas, culturais – que acompanham o processo de globalização regido pelo capital produz efeitos na constituição dos laços sociais na contemporaneidade. Mas os modos de subjetivação que o estabelecimento desses laços implica não pressupõem uma direção única, comportando possibilidades diversas. Um Outro Mundo torna-se Possível quando cada um de nós, rompendo o véu da alienação, assume sua responsabilidade com respeito à sociedade da qual faz parte e passa a influir ativamente sobre os seus rumos. Assim, conclamamos a participação dos psicólogos que, através do seu trabalho, em práticas profissionais diversas, têm contribuído para a construção da autonomia, a inclusão das diferenças, o estabelecimento de relações solidárias, não violentas. Queremos que esse momento no Fórum seja voltado não apenas à reflexão, ao pensamento, à crítica, mas que seja, ele próprio, ato, propiciando o encontro, articulando redes de trabalho, fomentando as práticas e a produção de novos conhecimentos. Por isso, em cada oficina, contamos com dois momentos de trabalho: primeiro, encontro e interlocução entre práticas psicológicas diversas, relacionadas ao sub-tema da oficina; segundo, participação de painelistas convidados que, tendo acompanhado o trabalho no encontro de práticas, abordarão a temática proposta à luz das discussões produzidas.

Inscrições já estão abertas

Se o trabalho que você realiza tem afinidade com esta proposta, inscreva-se até o dia 10 de dezembro junto ao CRP-07, através de e-mail crp07@orientec.org.br
Assunto: participação no fsm2002, candidatando-se para a sua apresentação no encontro de práticas de uma das oficinas previstas.
Para candidatar-se, é necessário que você informe os seguintes dados:



- título do trabalho:
- autores:
- grupos, instituições ou entidades envolvidas:
- temática:
  - [ ] desigualdade, subalternidade e autonomia
  - [ ] diferença, preconceito e inclusão
  - [ ] redes sociais, violência e solidariedade
- formas de apresentação e recursos necessários:
- resumo (máximo de 250 palavras):
- e-mail para contato.

A coordenação geral do evento designará uma comissão específica para seleção prévia das práticas inscritas a se incluírem no trabalho, recorrendo a consultores ad hoc quando necessário para esse fim. Cada oficina terá uma coordenação própria que ficará encarregada de organizar a dinâmica específica para a interlocução entre as práticas. Para essa coordenação, conta-se com a participação das universidades locais que apóiam a realização do evento.

UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL...

PARTICIPE!

A Comissão Especial do Trânsito se reúne sistematicamente no CRP-07. As próximas reuniões estão marcadas para o dia 5 de dezembro, às 20h, e no dia 15 de dezembro, às 18h30min. Abertas a todos os psicólogos interessados.

Trânsito: *questão de saúde pública*

Cristina Armani Madeira, Presidente da Comissão do Trânsito/CRP-07

A Comissão Especial do Trânsito tem como objetivo discutir amplamente a realidade dos psicólogos que atuam nesta área e acompanhar, junto ao CFP e outros regionais, questões pertinentes ao exercício profissional neste âmbito. Além disso, a comissão vem dar continuidade ao trabalho que já vinha sendo desenvolvido pelo grupo do CRP-07, como as reuniões com o Detran/RS. A proposta destes encontros surgiu no Seminário Estadual de Saúde do Trânsito e envolve uma comissão de psicólogos e médicos em negociações a respeito de remuneração, avaliações de procedimentos e outros aspectos. Outra atividade da Comissão do Trânsito foi uma palestra para alunos da Unisinos, realizada a convite da própria turma, interessada em saber mais sobre as questões da psicologia do trânsito.

Atualmente, a Comissão do Trânsito do CRP-07 está envolvida na organização do Seminário Nacional Psicologia, Circulação Humana e Subjetividade, que será realizado em São Paulo nos dias 23 e 24 de novembro. Representando o CRP-07, estarão as psicólogas Aurinez Rospide Schmitz (ex-presidente da Comissão do Trânsito) e Cristina Armani Madeira (a atual coordenadora do grupo). Vários temas importantes estarão em debates nestes dias, tais como:

- **Liberdade individual e espaço público: combinando valores políticos e direitos fundamentais do cidadão;**
- **A Psicologia e a educação para o trânsito: desafios e perspectivas para a construção da cidadania;**
- **A responsabilidade política e social da avaliação psicológica;**
- **Políticas para o trânsito: uma questão de saúde pública;**
- **Subjetividade e circulação humana;**
- **Ideologia e planejamento urbano: o homem, o trânsito e a cidade;**
- **As possibilidades de interfaces entre a Psicologia do trânsito e a Psicologia ambiental;**
- **A interdisciplinaridade no trânsito.**

Os desafios da formação do psicólogo

Maria da Graça Corrêa Jacques,
pela Comissão de Formação

Refletir sobre o exercício da profissão do psicólogo implica, necessariamente, refletir sobre sua formação. Esta reflexão se tem feito presente em debates ocorridos nos Encontros, Congressos e Reuniões de Psicologia e é recorrente desde a regulamentação da profissão no Brasil em 1962. No final da década de 80, ensejou uma pesquisa nacional promovida pelos CFP e CRPs. Na apresentação de seus resultados, assim se posicionou a V Plenária do CFP: "*Partindo de um diagnóstico dos problemas cruciais que cercam o exercício da profissão e da certeza de que os Conselhos podem ter um papel importante na transformação desse quadro é que o CFP assumiu a prioridade de discutir a formação do psicólogo. (...) Não é este o espaço de atuação dos Conselhos, embora as conseqüências dos seus problemas se reflitam diretamente no desempenho profissional daqueles que estão sob sua orientação e fiscalização*".* A discussão sobre a formação do psicólogo se reacendeu com a inclusão dos Cursos de Psicologia na avaliação promovida pelo MEC no ano passado e com a divulgação recente de seus resultados.

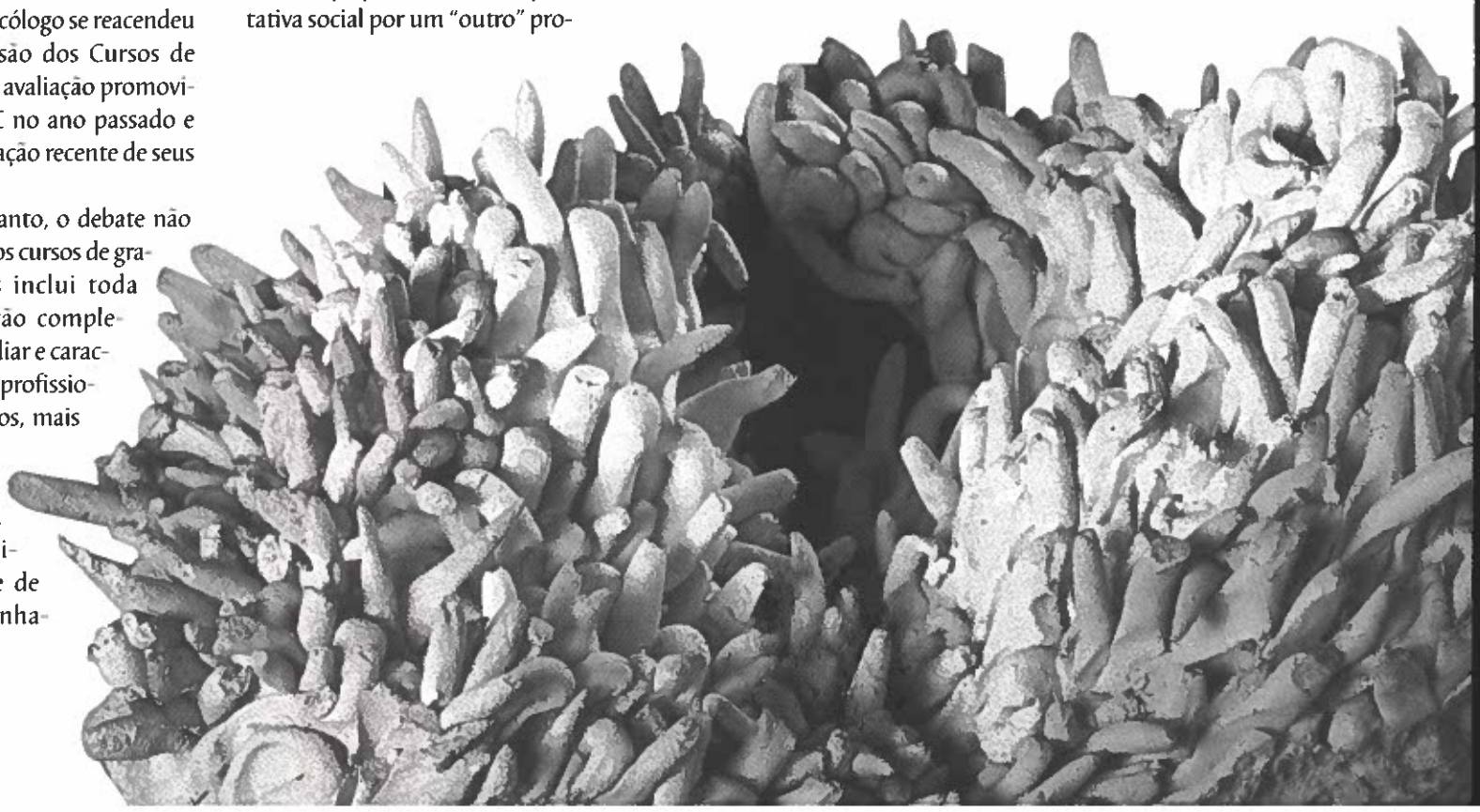
No entanto, o debate não se restringe aos cursos de graduação mas inclui toda uma formação complementar, peculiar e característica dos profissionais psicólogos, mais ou menos formalizada, dentro ou fora das Universidades, e de um acompanhamento psicoterápico concomitante. Tal formação complementar se coloca como um caminho paralelo percebido como "indispensável" para muitos a tal ponto de ser questionada a qualificação "complementar". A regulamentação pelo CFP do registro de especialistas reacendeu a discussão para além dos cursos de graduação.

A formação do psicólogo, desde a regulamentação da profissão no Brasil e da criação dos seus primeiros cursos universitários, tem priorizado um determinado tipo de profissional que se atendeu às demandas de uma classe média em expansão na época, não responde satisfatoriamente às transformações da sociedade brasileira. Esta formação, além de atender o indivíduo que sofre, tem como desafio contemplar as condições que determinam seu sofrimento e propor uma atuação voltada para procedimentos e técnicas com o objetivo de criar demanda e ampliar o campo profissional. A expectativa social por um "outro" profissional psicólogo reacendeu o debate sobre os conhecimentos, os procedimentos e os princípios éticos necessários a formação para o exercício profissional.

São estas e tantas outras questões complexas e intrigantes que ocupam o cotidiano de reflexões e ações da Comissão de Formação do CRP-07, engajada com a discussão nacional empreendida pelo CFP e pela ABEP (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia). É a partir da discussão e do envolvimento que o CRP-07 se sentirá representado para se posicionar nacionalmente e consolidar o reconhecimento que o Rio Grande do Sul tem nos fóruns nacionais. O espaço da Comissão de Formação nas últimas gestões do CRP-07 se propõe a ser um espaço aglutinador de todos os psicólogos preocupados com a formação da categoria; de um espaço para os gestores dos cursos de graduação e pós-graduação em seus diferentes níveis, de instituições universitárias e não universitárias articularem ações frente às demandas governamentais e/ou não governamentais; e, de um espaço de produção de conhecimentos e de estratégias de ação que resgatem a nossa história, que socializem os nossos saberes e disseminem a nossa produção científica.

Atualmente a Comissão de Formação do CRP-07 realiza as suas reuniões nas sextas-feiras, às 14h30min, quinzenalmente. Os encontros são abertos à participação dos psicólogos interessados.

*** QUEM É O PSICÓLOGO BRASILEIRO? Conselho Federal de Psicologia. S.P.: Edicon,1988, p. 13.**



Todos os Direitos Humanos para todos

Maria Anastasie de Castro Cortês
Presidente da comissão de DH/CRP-07

Com o objetivo de refletir sobre o que representam os Direitos Humanos e suas práticas surge, a partir da deliberação do III Congresso Nacional da Psicologia (1998), a Comissão de Direitos Humanos do CRP-07. Esta foi criada no dia 12 de dezembro do mesmo ano, no dia da comemoração da carta de 1948 (Declaração Universal dos Direitos Humanos).

É a partir da realização dos direitos econômicos, sociais e culturais, numa perspectiva de integralidade e indivisibilidade, que se poderá contribuir para construção de uma sociedade civil na qual seja possível, realmente, ter acesso às esferas de poder e lutar pela realização da cidadania plena. A democratização é um resultado concreto das lutas e consciência da população dentro das formas complexas da organização da sociedade brasileira. A democracia brasileira, forjada no contexto inconcluso e na crise da modernização conservadora, coloca a questão do direito e da justiça como um tema marcado pela questão distributiva, para fazer frente à desigualdade de poder, propriedade e cultura. As diferenças sociais são atravessadas pelas formas de desigualdades regionais, étnico-raciais, de gênero e geracionais, condensadas na estrutura do tecido urbano. A temática dos Direitos Humanos tem sido objeto de inúmeras disputas políticas que se ligam aos processos ideológicos e políticos bastante contraditórios. Na VI Conferência Nacional de Direitos Humanos, ficou claro no decorrer dos estudos, que as atuais medidas políticas costumam ser aplicadas após a ocorrência de violações, não articulam as políticas públicas, perdendo de vista as dimensões estruturais dos problemas e deixando de implementar as decisões e utilizar a legislação, limitando o acesso aos direitos e restringindo o acesso ao sistema de justiça.

Imbuída da responsabilidade de dar início a um pensamento que faça o elo entre psicologia e esta temática, a Comissão de Direitos Humanos do CRP-07 busca estar presente no cenário cotidiano de sua região, para junto à esta promover o diálogo que possibilite a reflexão e a construção de um saber e um fazer efetivos, geridos por esta comunidade, resguardando suas particularidades e subjetividades, intervindo em situações concretas nas quais existem violações a esses Direitos.

São propostas da comissão:

- Criar espaços na formação e defesa de políticas que apontem para a promoção da cidadania;
- Participar de ações integradas e parcerias com outras instituições, apoiando campanhas, movimentos e eventos relacionados à defesa dos direitos humanos;
- Debater com a categoria e a sociedade civil questões que envolvam direitos humanos e psicologia;
- Estimular a utilização de práticas que permitam maior conscientização sobre direitos humanos.

A importância das Conferência de Saúde M

A Saúde Mental foi tema do Dia Mundial da Saúde deste ano, tendo a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgado dados que alertam para o crescimento, em todo o mundo, dos problemas relacionados nesse campo. Com efeito, dentre as dez principais causas de discapacidades (termo utilizado pela OMS para apontar a interação dinâmica entre o contexto e os problemas gerados nas enfermidades, transtornos, lesões e traumas), encontram-se: depressão, esquizofrenia, alcoolismo, transtornos bipolares e transtornos obsessivos compulsivos.

Nos três últimos meses, em todo o país e especialmente no Rio Grande do Sul, usuários, trabalhadores e prestadores de serviços de Saúde Mental vêm se reunindo em pré-conferências e conferências municipais e regionais, debatendo a Saúde Mental a partir do lema proposto pela Organização Mundial da Saúde: Cuidar Sim, Excluir Não.

As conferências ocorridas até o momento apontam para três grandes questões abordadas na II Conferência Estadual de Saúde Mental: a necessidade da efetiva implantação da rede de serviços substitutivos em Saúde Mental (em cumprimento das leis estadual e nacional da Reforma Psiquiátrica), a questão do financiamen-



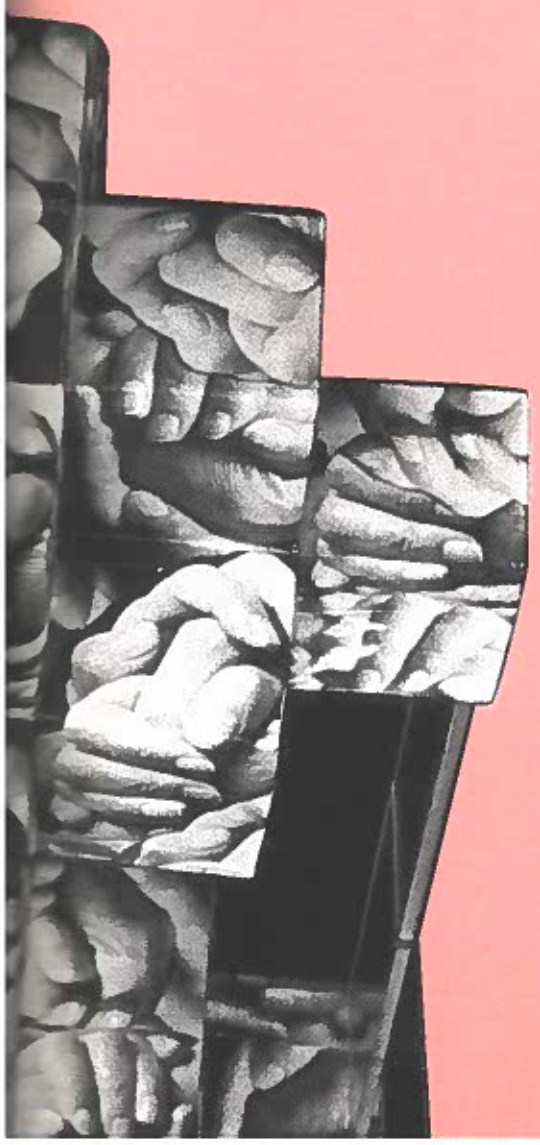
S

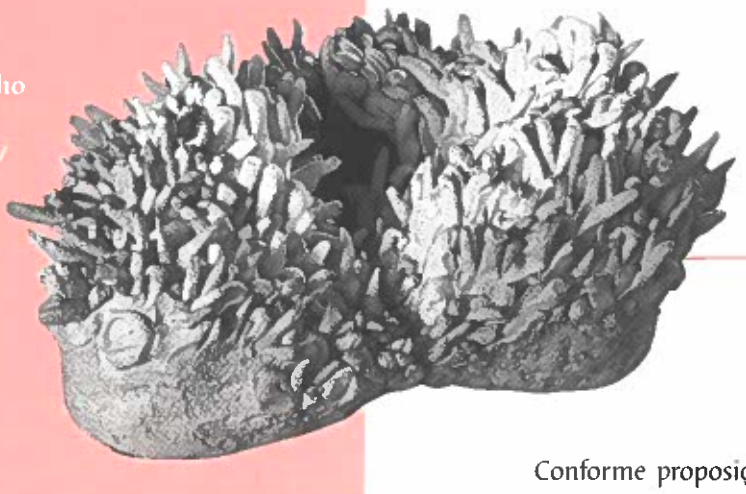
Mental

Maria Cristina Carvalho da Silva, Psicóloga Conselheira do CRP-07

to destes serviços e o envolvimento de outros setores da sociedade no debate e nas ações em saúde mental.

A III Conferência Nacional que ocorrerá de 11 a 15 de dezembro, em Brasília, representa um marco no incremento do processo da Reforma Psiquiátrica. Nós, psicólogos temos sido convocados, desde os nossos saberes, práticas e inserções institucionais, a contribuir na transformação necessária e urgente do modelo de assistência em saúde mental. Somos também transformados pelo convívio e trocas que nos proporcionam a prática do diálogo e da interdisciplinaridade no campo cada vez mais plural da Saúde Mental.





CRP-07 PARTICIPA DO FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO

Simone Poester Schmidt e Maria Anastasie de Castro Cortes, Psicólogas Conselheiras do CRP-07

Conforme proposições já apresentadas, a Gestão Inserção tem o desafio de representar os psicólogos deste Estado, psicólogos estes que têm sido um exemplo de participação, democracia e resistência à lógica neoliberal e suas conseqüentes práticas de exclusão social. Diante deste panorama, torna-se fundamental para a psicologia o trabalho pela inclusão social.

Dentro desta perspectiva, no período entre 24 e 27 de outubro, em Porto Alegre, o Conselho Regional de Psicologia esteve presente no Fórum Mundial de Educação (FME), com dois delegados (um da Comissão de Políticas Públicas e um da Comissão de Direitos Humanos), discutindo e refletindo a educação e suas concepções político-pedagógicas, priorizando as experiências de inclusão e práticas educadoras como um direito essencial a todo cidadão e fundamental para o desenvolvimento do homem. A construção de um novo modelo de desenvolvimento, não ditado pelo capital, põe a educação como um pilar fundamental e se opõe à mercantilização da mesma estabelecida pelo modelo econômico vigente. Assim, a escola deve se transformar e se revitalizar como espaço e tempo de possibilidades, de encontros com singulares trajetórias, potencializando-se e colocando-se em permanente movimento na reinvenção do cotidiano.

Na educação, as políticas públicas devem vir da comunidade, do debate. Por serem públicas devem ser coletivas, comum a todos. Nas diferentes esferas, com caráter de igualdade, na distribuição de riquezas, sustentabilidade e amplo acesso aos bens culturais comuns entre os quais, o tipo de educação, mediada por uma formação com valores de solidariedade, liberdade e reconhecimento as diferenças.

O Fórum Mundial de Educação destacou que os organismos internacionais - como FMI, OMC, Banco Mundial, entre outros - visam a uma educação para a empregabilidade, ficando aquém da formação clássica de desenvolvimento do homem. O Banco Mundial ainda considera o Estado como um ator de promoção e viabilização dos produtos para o mercado, entre eles o saber, que se faz constituído pelo modelo da educação para a empregabilidade, a fim de promover um mercado de recursos humanos.

A escola nestes moldes não só reproduz a exclusão, como produz a exclusão latente. O Estado se desresponsabiliza quando é reduzido, abandonando seus fatores de responsabilidade com a educação, tais como a obrigatoriedade, a gratuidade, a eqüidade e a progressividade.

Ao final do FME foi elaborada uma carta com as proposições discutidas nestes dias, a qual será encaminhado ao Fórum Social Mundial (FSM). Entre os assuntos abordados encontra-se a defesa pela escola pública gratuita, o acesso às inovações tecnológicas e científicas, o reconhecimento universal das profissões e o respeito com as diferenças dos seres humanos, bem como a postura contrária à mercantilização da Educação.

Se falta comida ao homem ele morre; se lhe falta saúde ele também morre. Estas mortes, no entanto, são biológicas. Mas se falta educação, o homem morre também, só que esta morte é cultural, porque não será possível que este homem faça um intercâmbio no coletivo.

IMPASSE

na discussão das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Gradução em Psicologia

Nos dias 23 e 24 de outubro, como atividade prévia da XXXI Reunião Anual de Psicologia, realizada no Rio de Janeiro, as Comissões de Especialistas nomeadas pelo MEC promoveram a apresentação e debate das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Psicologia. O objetivo do Encontro foi o de divulgar e discutir o documento das Diretrizes e as implicações das mesmas nos cursos de Graduação em Psicologia. Os membros da Comissão de Especialistas que elaborou o documento e os membros da atual Comissão de Especialistas, apresentaram e defenderam a proposta das Diretrizes Curriculares, debatendo com os Coordenadores de Cursos de Psicologia de todo o Brasil, representantes da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), dos Conselhos de Psicologia, professores e demais interessados na formação do Psicólogo.

A proposta das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Psicologia ainda não foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que tem votado as diretrizes em bloco. Em várias ocasiões as Comissões de Especialistas referiram que não há garantias da aprovação das Diretrizes Curriculares tal com está proposta e que temem que a proposição da manutenção das 4.050 horas (5 anos de formação) não seja mantida. No dia 31 de outubro, em Brasília, foi promovida uma "audiência pública" junto ao CNE na qual entidades ligadas à Psicologia tiveram oportunidade de manifestação sobre o documento elaborado pela Comissão de Especialistas. No espaço reservado ao CNP e à ABEP as manifestações foram de críticas ao documento, apontando para a sua não aprovação pelo CNE no seu formato atual. As críticas são dirigidas, principalmente, a modalidade de "perfis" (licenciatura, bacharelado e formação de psicólogo) e a possibilidade de "ênfases" no perfil de psicólogo. Até o fechamento deste EntreLinhas, não há qualquer deliberação dos órgãos competentes sobre a matéria.

O dia 11 de setembro de 2001 e os Direitos Humanos

Texto produzido pela Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia

Uma encruzilhada entre a barbárie e a civilização

Sem dúvida nenhuma, as cenas aterradoras dos aviões se chocando contra as torres do World Trade Center marcarão a história contemporânea. Mas esse dia, o 11 de setembro de 2001, se tornará um divisor de águas? Passará a ser, no futuro, o indicador do início de um novo período histórico? De fato, na mídia, muitos comentaristas têm apontado nesta perspectiva. Por sua vez, os discursos oficiais, na ênfase dada ao início da nova cruzada contra o terrorismo, parecem também reforçar esta interpretação. As autoridades econômicas, nacionais e internacionais nos preparam para novos sacrifícios. "Nada será como antes" é uma frase que se escuta freqüentemente. Nada será igual... mesmo?

O que deve atrair nossa atenção é o significado que a mídia e os governantes do mundo ocidental pretendem dar a esta data. O que de fato deveria nos preocupar é a importância, o relevo, que se deseja atribuir ao terrível atentado, transformando-o num acontecimento histórico, enquanto que se subtrai do foco das atenções todo o processo histórico que situa, em seu contexto, os acontecimentos de 11 de setembro. Contexto que dá significado aos terríveis atentados que levaram à trágica morte de cerca de seis mil pessoas, se portanto justificá-los.

Os atentados adquiriram uma dimensão especial pelo fato de terem sido executados praticamente na frente de todo o mundo. Deve-se Ter em conta que tal impacto global não é só efeito da influência globalizante da mídia, mas nasce também do simbolismo do ato. Os atentados estavam dirigidos aos centros do poder econômico, político e militar do mundo ocidental. Portanto, para entender estes atos deve-se situá-los no processo de globalização que vivemos.

Estes atentados mostram que tal processo encontra-se num momento decisivo: ou continua a escalada do que ele tem de pior ou se fortalecem as forças libertárias que ele também traz. Como enfrentar o terrorismo? Como punir seus autores? Perguntas fundamentais cujas respostas decidirão o destino da globalização.

Antes de mais nada, temos que voltar à Declaração dos Direitos Humanos de 10 de dezembro de 1948. O horror ante a barbárie que pode se instalar no mundo deve levar a humanidade não a utilizar a vingança ou a Lei de Talião, mas a revitalizar a doutrina dos direitos humanos como norma suprema das relações internacionais.

Se não queremos retornar às velhas leis do Oeste devemos utilizar as cortes internacionais para punir os terroristas e seus financiadores. Se, num país dito civilizado, não é permitido que as pessoas façam justiça com suas próprias mãos, num mundo que se considera civilizado não deveria ser permitido que um país decida como fazer justiça.

Preocupa-nos a escalada terrorista a nível mundial encabeçada pelo governo de Bush, que vem ferindo profundamente os direitos dos cidadãos.

Não se pode esquecer que o governo norte-americano, desde há muito, vem desenvolvendo uma política externa belicista, militarista e de desrespeito aos direitos humanos. Sua ação imperialista tem provocado um quadro de grande pobreza nos países de Terceiro Mundo. Pode-se apontar sua participação ativa, não só apoiando, como também financiando governos ditatoriais e terroristas. Talvez, por ironia, no dia 11 de setembro, há 28 anos, o Chile perdia sua democracia em um golpe militar que o governo dos Estados Unidos alimentou e sustentou. Não se pode esquecer o embargo econômico criminoso, liderado pelo governo norte-americano a Cuba e ao Iraque, o que, neste país, nos últimos dez anos, provocou a morte de 500 mil crianças com menos de cinco anos de idade.

Com a justificativa de que qualquer pessoa pode ser um inimigo, apressam-se em votar leis anulando as garantias dos cidadãos tão duramente conquistadas. Todos passam a ser terroristas em potencial e, por isso, devem ser monitorados e vigiados. Leis anti-terror que o governo Bush tenta aprovar e que permitem, por exemplo, que qualquer estrangeiro nos Estados Unidos possa ser detido por tempo indeterminado, sem a necessidade de autorização judicial. Leis que prevêem uma maior desenvoltura dos agentes de segurança para monitorar ligações telefônicas e mensagens via Internet. Propõem, ainda, que sejam válidas perante os tribunais gravações e confissões obtidas por meios ilegais, inclusive tortura, desde que fora do território norte-americano.

Nesta escalada terrorista global abriu-se, no Brasil, no final de setembro, um escritório da comunidade de informações da embaixada norte-americana, em São Paulo, para a troca de informações sobre movimentos terroristas. Assiste-se, assim, capitaneada pelo governo Bush, a uma perigosa exacerbação das políticas militarizadas de segurança pública e a uma abusiva intromissão nos países ocidentais.

A globalização não deve significar, como querem os governos das grandes potências, novas formas de colonialismo. Mas, ao contrário, afirmar novas formas de solidariedade e cooperativismo. Os cidadãos desta moderna aldeia global não podem mais permitir que os caciques de plantão os tratem a bordoadas, mas podem sim, construir conselhos a partir dos quais se regule a vida nesta aldeia.

É óbvio que a implementação desta concepção de globalização encontrará inúmeras dificuldades. Pode-se até pensar que muitos a verão como uma utopia. Mas negar-se a ver todo o contexto onde se desenvolveram os atos terroristas e pensar que o puro exercício do poderio militar dos países mais poderosos poderá dar conta do terrorismo é muito pior. É certamente uma temeridade. É verdade que "nada será como antes". Mas trabalhemos para que não seja pior que antes. Façamos, pois, com que os acontecimentos do dia 11 de setembro de 2001 não signifiquem a sepultura do espírito da declaração de 10 de dezembro de 1948, mas sim sua revalorização e a afirmação da autodeterminação dos povos.

www.crp07.org.br

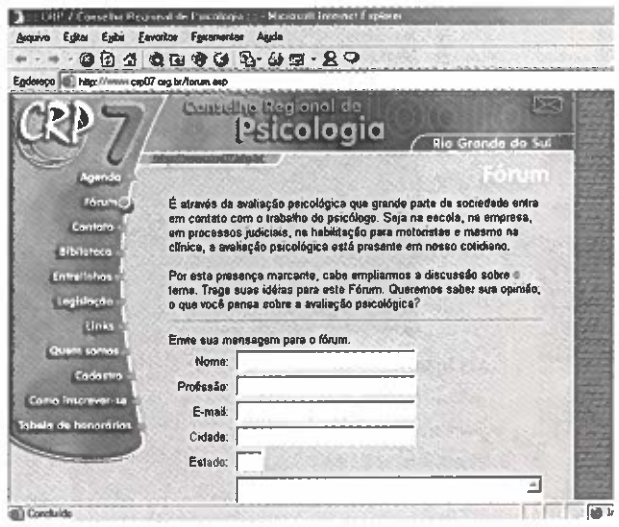
CRP-07 abre fórum de discussões através do site

O CRP-07 quer saber a sua opinião sobre a avaliação psicológica. Este foi o tema escolhido para abrir um nova via de contato entre a categoria e o seu conselho profissional: o Fórum de Discussões do site oficial do CRP-07, o www.crp07.org.br. Será uma boa oportunidade para a troca de idéias entre psicólogos, já que todas as contribuições poderão ser lidas pelos usuários da home-page, e também para os integrantes da gestão que conduz o CRP-07 tomarem conhecimento dos interesses, posições e anseios dos profissionais da Psicologia. Para participar do Fórum, basta acessar o site, entrar na página de discussão e deixar sua opinião. Participe! A proposta deste primeiro debate é a seguinte:

"É através da avaliação psicológica que grande parte da sociedade entra em contato com o trabalho do psicólogo. Seja na escola, na empresa, em processos judiciais, na habilitação para motoristas e mesmo na clínica, a avaliação psicológica está presente em nosso cotidiano.

Por esta presença marcante, cabe ampliarmos a discussão sobre o tema. Traga suas idéias para este Fórum. Queremos saber sua opinião; o que você pensa sobre a avaliação psicológica?"

Além do Fórum, o site coloca à disposição dos psicólogos informações e novidades sobre o trabalho do CRP-07



e o cotidiano da Psicologia. Junto com notícias recentes, estão íntegras de resoluções do CFP, a legislação que normatiza a função do psicólogo, as edições anteriores do EntreLinhas e outros itens. Acesse www.crp07.org.br e confira!!

Regulamentação de estágios

O CRP-07 colocou à disposição, no seu site, a íntegra de um documento elaborado pelo CFP que esclarece várias questões a respeito dos estágios em Psicologia. Entre os tópicos destacados estão a Finalidade do Estágio, a Legislação que o normatiza, a responsabilidade dos CRPs na sua fiscalização, as situações irregulares e os passos para as empresas e instituições oferecerem estágios regulares. Vale lembrar, segundo o documento do CFP, que os estágios devem proporcionar a complementação do ensino e da aprendizagem e ser planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares. E, por se constituir um serviço profissional e considerando que o estudante ainda não possui habilitação legal nem técnica para prestar esse serviço, todo estágio pressupõe um profissional supervisor, que será o responsável legal, técnico e ético pelo serviço. Confira o texto no site www.crp07.org.br

Secretaria de Justiça do RS credencia psicólogos para serviços de avaliação psicológica

A Secretaria de Justiça do Rio Grande do Sul está credenciando psicólogos para prestação de serviços de avaliação psicológica necessários para a obtenção de porte de arma de fogo. Os profissionais interessados podem retirar o edital e se inscrever até o dia 30 de novembro de 2001 nas delegacias regionais de polícia dos municípios do interior e na Divisão de Armas e Munições, em Porto Alegre (avenida João Pessoa, 2050). O credenciamento terá validade por dois anos, prorrogável por igual período, e a remuneração dos profissionais terá por base a tabela de honorários o Conselho Regional de Psicologia. O edital de credenciamento de psicólogos foi publicado no Diário Oficial do Estado no dia 24 de outubro de 2001, conforme reprodução ao lado. Confira no site do CRP-07 (www.crp07.org.br) a relação dos locais e delegacias regionais onde pode ser feita a inscrição para o credenciamento. Mais informações pelos telefones (51) 3288.2457 ou 3223.2544.

GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL
Estado da Participação Popular
Secretaria da Justiça
e da Segurança

POLÍCIA CIVIL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO POLICIAL
EDITAL Nº 01/2001
CREDENCIAMENTO DE PSICÓLOGOS

O Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Justiça e da Segurança, POLÍCIA CIVIL, situada na Av. João Pessoa nº 2050, Porto Alegre, RS, inscrita no CGCMF/RS sob o nº 00.058.163/0001-25, atendendo ao disposto no artigo 3º, inciso I da Lei nº 11.588 de 16.01.2001, torna público que a partir da publicação deste Edital no Diário Oficial do Estado, estará credenciando psicólogos, inscritos na forma do artigo 10 da Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971 no Conselho Federal de Psicologia da 7ª Região, nas localidades indicadas no Anexo I deste, para prestação de serviços, em caráter temporário, de avaliação de aptidão psicológica para emissão de porte de arma de fogo de uso permitido. I – Objeto do credenciamento. Constitui objeto do presente procedimento administrativo credenciar psicólogos para prestação de serviços de avaliação psicológica necessários à obtenção de Porte de Arma de Fogo de uso permitido, junto à Polícia Civil, em caráter temporário, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste instrumento. II – Credenciamento. a) do prazo: os profissionais interessados habilitar-se-ão dentro do prazo de 30 (trinta)) dias, a partir de 29 de outubro de 2001. b) da documentação: apresentação de original e cópia dos seguintes documentos: – Cédula de identidade; – CPF; – Certidão negativa de débito para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio; – Certidão negativa dos distribuidores criminais das Justiças Federal, Estadual, Eleitoral e Militar; – Folha de antecedentes das Polícias Federal e Estadual; – Comprovante de que votou nas últimas eleições; – Certificado de Reservista ou Dispensa de Prestação do Serviço Militar, se do sexo masculino; – Comprovante de domicílio; – Alvará de localização; – Certidão e/ou atestado de, no mínimo, 2 (dois) anos de regular inscrição no Conselho Regional de Psicologia; – Comprovação de 02 (dois) anos de experiência nas áreas de avaliação psicológica e profissional; – Apresentação de certificado(s) de participação em cursos de formação e/ou extensão em avaliação psicológica ou curso de especialização na área de avaliação psicológica ou curso de Mestrado ou Doutorado; – Certidão fornecida pelo Conselho Regional de Psicologia quanto à situação disciplinar e demais obrigações; – Comprovante do recolhimento da taxa de inscrição no valor de R$ 64,31; – Ficha Cadastral devidamente preenchida. c) Do termo: o interessado que preencher os requisitos constantes neste Edital, firmará um Termo de Credenciamento para a Prestação de Serviços, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da entrega dos documentos. III – Remuneração das Atividades. Os atendimentos efetuados pelo CREDENCIADO (a) aos interessados serão remunerados pelos próprios, com base na Tabela de Honorários do Conselho Federal de Psicologia equivalente a 3 (três) valores de referência em avaliação psicológica, pelo limite inferior. IV – Local de atendimento. O psicólogo credenciado fornecerá à Polícia Civil o endereço profissional para fins de atendimento aos interessados. V – Validade do Credenciamento. A validade do credenciamento será de 2 (dois) anos, contados da data da publicação da relação de psicólogos credenciados no Diário Oficial do Estado, prorrogável, por igual período, a exclusivo critério da Polícia Civil. VI – Local da Inscrição. O Edital e seus Anexos estarão à disposição dos profissionais interessados na Divisão de Armas, Munições e Explosivos – DAME, na Avenida João Pessoa nº 2050, na Capital. Na Região Metropolitana, e no Interior do Estado nas Delegacias Regionais de Polícia, conforme Anexo I.

Porto Alegre, 22 de outubro de 2001.
Del. Polícia AGUINALDO MARTINS FRAGA,
Diretor do DAP.

Gestão Inserção tomou posse no final de setembro

Fotos: Rosi Boninsegna



Os integrantes da gestão Inserção junto com a representante do CFP, Ana Luiza Castro (centro)

A confraternização em torno da posse da nova gestão do CRP-07 – a Inserção – reuniu psicólogos e autoridades na noite de 28 de setembro. Entre discursos e brindes, o Espaço Vasco Prado da Casa de Cultura Mario Quintana foi tomado por um clima de bastante união, no qual se destacavam a vontade de realizar novos projetos e a disposição para trabalhar em favor dos profissionais gaúchos da Psicologia.

A presidente da gestão anterior do CRP-07, Siloé Rey, se despediu agradecendo o trabalho de todos e lembrando a importância do momento, no qual antigos conselheiros se uniram a novos para dar continuidade a uma caminhada importante para a Psicologia. Andréa Lompa, que assume a presidência do Conselho nesta nova gestão, destacou que a hora é de construção, de convocação dos colegas para participar e se integrar às lutas e movimentos sociais conforme o proposto no último Congresso Nacional da Psicologia.

O vice-prefeito de Porto Alegre, João Verle, saudou a nova gestão lembrando do tempo em que participou da entidade que representa a sua categoria profissional. "É preciso valorizar o esforço destes conselheiros, que dedicam seu tempo a um trabalho não remunerado e de fundamental importância para melhorar as condições de vida da população", destacou. Também presente na confraternização, o secretário estadual do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, Tarcísio Zimermann, destacou que a relação da sua secretaria com os psicólogos é quase impagável, principalmente pela participação destes nos movimentos em prol da cidadania e no Fórum Social Mundial. "Enche-me de alegria ouvir falar dos compromissos desta categoria com as camadas mais desassistidas. Só assim seremos capazes de construir dias melhores e oferecer possibilidades de futuro para os cidadãos", disse.

Para concluir, a representante do Conselho Federal de Psicologia, Ana Luiza Castro, destacou que o CFP está empenhado em envolver os cem mil psicólogos brasileiros na luta pelos direitos humanos e para tornar a realidade um bem público. Para isso, promove encontros e debates que têm como objetivo transformar e melhorar as condições de vida das camadas mais humildes.



O vice-prefeito de Porto Alegre, João Verle, prestigiou a posse.

A secretaria do CRP-07

não fará atendimento ao público nas tardes de Sexta-feira entre os dias 16 de novembro e 28 de dezembro, inclusive por telefone. Durante este período, no horário das 12h às 18h, serão resolvidas questões de expediente interno do CRP-07.

A Comissão Especial do Trânsito

informa que estão à disposição, na secretaria do CRP-07, os certificado do I e II Encontros Estadual de Psicologia do Trânsito.

A acupuntura como prática psicológica

será um dos debates da próxima APAF, que será realizada em dezembro. Apesar de já existir uma minuta que encaminha a regulamentação da atividade, o CRP-07 entende que esta matéria deve ser submetida às resoluções 10 e 11/97, sobre práticas não reconhecidas.

Assembléia Orçamentária define valores para 2002

Estes são os novos valores para a anuidade e taxas do CRP-07, definidos em assembléia orçamentária realizada no dia 27 de setembro. Neste mesmo dia, os participantes aprovaram os projetos propostos pela plenária do CRP-07 para o próximo ano. Confira os valores na tabela que segue:

Anuidade pessoas físicas	R$ 146,20
Anuidade pessoas jurídicas	R$ 146,20
Anuidade 1ª inscrição PF (1)	R$ 72,00
Taxa inscrição pessoa física	R$ 72,00
2ª via de carteira pessoa física	R$ 43,20
Taxa de registro pessoa jurídica	R$ 106,00
Declarações	Isento
Atestados e certidões	Isento
Certificado inscrição PJ	R$ 43,20
Alteração de registro PJ	R$ 31,68
Multa eleitoral	R$ 0,01
Multa infração disciplinar (2)	R$ 144,00
Fotocópia (proc. Ético 2ª via)	R$ 0,15
Etiquetas – mailing	R$ 0,15

Obs.: Do valor da anuidade - R$ 146,20 - R$ 2,20 serão destinados ao Fundo para as Seções de Base Estadual, R$ 36,00 vão para o Conselho Federal de Psicologia e R$ 1,20 são de tarifas bancárias.



A comissão editorial da Revista Expressão Psi,

da Universidade Católica de Pelotas, está recebendo artigos e ensaios para publicação nos próximos números. A revista tem caráter científico e circula nos meses de julho e dezembro. Mais informações e assinaturas através do telefone (53) 284.8117.

Estão abertas as inscrições

para a segunda turma do Curso de Especialização – Aperfeiçoamento em Psicoterapia de Orientação Analítica do Centro de Estudos Luis Guedes/ UFRGS. O curso, aprovado em maio de 2001, origina-se da Extensão em Psicoterapia de Orientação Analítica iniciado em 1984 e é o primeiro nesta modalidade a obter o reconhecimento do Ministério da Educação. Podem candidatar-se à seleção psiquiatras com formação comprovada e psicólogos com experiência mínima de dois anos em psicologia clínica. Mais informações pelo telefone (51) 3330.5655.

I Jornada Científica do GEA (Grupo de Estudos Avançados)

Tema: Ciclo Vital: Transitoriedade e suas Manifestações Psíquicas
Dia 24 de novembro, em Porto Alegre
Inscrições no GEA
Informações (51) 3330.6404 ou 3321.1573

3ª Conferência Nacional de Saúde Mental

De 11 a 15 de dezembro em Brasília (DF)
Informações no CRP-07

Especialização de Psicoterapeutas de Adulto Maduro

Público-alvo: profissionais de psicologia e medicina
Inscrições abertas no GEA
Informações (51) 3330.6404 ou 3321.1573

Seminários sobre psicoterapia de adulto e infantil e Psicopatologia

Inscrições abertas no Gaepsi
Informações (51) 3331.3781

Formação em Psicoterapia Psicanalítica de crianças, adolescentes e adultos

Cursos com início em março de 2002
Inscrições abertas no Instituto Bion
Informações (51) 3332.3943 ou 3335.3443

Interpretação dos Sonhos, Sexualidade Feminina, Introdução à Psicanálise

Grupos de Estudos no Núcleo de Estudos Sigmund Freud
Informações (51) 3334.6400 ou 3338.6361

Assédio Moral no Trabalho

Seminário com vários especialistas
Dia 30 de novembro, das 9h às 18h, em Porto Alegre
Inscrições no Sindicato dos Psicólogos/RS
Informações (051) 3395.1065

Curso de Formação em Psicoterapia Psicanalítica

Início em março de 2002
Inscrições abertas no ESIPP
Informações (51) 3332.6436

Formação de Terapeutas de Família

Inscrições abertas no Domus
Informações (51) 3346.3022

Formação em Psicoterapia de Orientação Psicanalítica

Inscrições abertas no IEPP
Informações (51) 3333.4801 ou 3335.3534

Grupo de Estudo: A Relação de Ajuda

Início em março de 2002
Inscrições abertas no Instituto Delphos
Informações (51) 3388.6898

Formação em Psicologia Organizacional

Início em março de 2002
Inscrições abertas no IDG
Informações (51) 3222.1725 ou 3346.6550

Reunião clínica com discussão de caso

Dia 27 de novembro, às 20h30min, no ESIPP
Informações (51) 3332.6436



A edição de outubro da revista Insight está centrada no tema da Esquizofrenia. Entre os textos que compõem a publicação estão Esquizofrenia: um Mundo só de Palavras, de Sandra Dias; Uma Neuroimagem da Esquizofrenia, de Itiro Shirakawa e um fórum reunindo vários textos sobre o assunto, produzidos por psicanalistas e psicólogos do Rio de Janeiro e São Paulo. Além dos textos, a revista traz lançamentos de livros e agenda com encontros de psicologia no Brasil e exterior. A publicação, da Lemos Editorial, pode ser assinada através do telefone 0800.177899. Mais informações no (11) 3262.1322.

Pós-Graduação em Psicologia da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco)

Linhas de Pesquisa: Desenvolvimento Cognitivo, Cultura e Cognição, Comunicação Oral e Escrita e Educação Matemática e Científica
Início em março de 2002
Informações (81) 3271.8272 ou 3271.0599

Especialização em Atendimento Clínico Ênfase em Psicanálise ou Terapia Sistêmica de Casal e Família.

Inscrições abertas na Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS.
Informações (51)3316.5130.

Os interessados em participar do

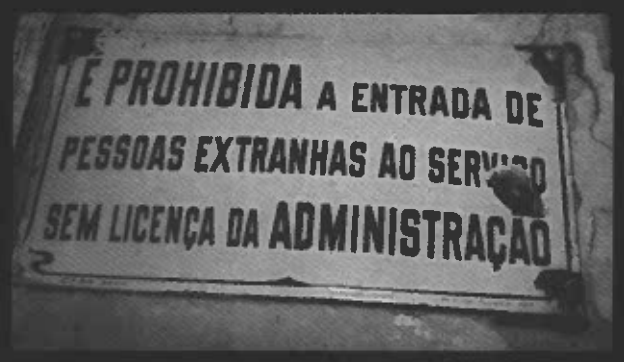
Percurso de Escola,

da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA), podem fazer suas inscrições até 30 de novembro. O percurso dura três anos, faz parte do quadro de ensino da APPOA e se constitui num espaço de estudo que privilegia diferentes eixos temáticos, sob o ponto de vista das obras de Freud e Lacan, além da Antropologia, da Lingüística, da Filosofia e da Estética. Informações na sede da APPOA (Rua Faria Santos, 258 – Porto Alegre), pelo telefone (51) 3333.2140 ou pelo site: www.appoa.com.br

Barbara E. Neubarth
Psicóloga, Coordenadora da Supervisão das Atividades Terapêuticas do Hospital Psiquiátrico São Pedro

A Itália fica no Partenon

Para Maria de Fátima Bueno Fischer



Fotos: Patrícia Cruz

Sábado, 20 de outubro de 2001, das 21 às 23 horas. Eram duas mil e oitocentas pessoas em uma fila, tentando entrar no Hospital Psiquiátrico São Pedro. Naquela semana, entre os dias 16 a 20, foram nove mil e trezentas pessoas que transpuseram os portões do velho manicômio de Porto Alegre.

Loucas? Dementes? Que fenômeno foi aquele?

Eram crianças, velhos, namorados, deputados, empresários, secretários, pivetes, milionários, artistas, turistas, psicólogos, pacientes, brancos, negros, alemães, italianos. O que poderia unir um público tão heterogêneo? Uma noite de temperatura amena, gosto pela arte, curiosidade, alegria, sordidez, medo, saudade, vaidade? Talvez tudo isto, parte disto, nada disto, ou muito mais do que isto. Talvez um pouco de tudo - do que é feita a alma do ser humano.

Se pensarmos no Rio Grande do Sul como o nosso lar, aquela construção cinza de 12 mil metros quadrados pode ser comparada ao *quarto escuro* onde se guardaram e mofaram despejos, histórias de amores e dores. Por isso aquela excitação. Os que ali acorreram pareciam ter em comum um brilho no olhar. O brilho dos que têm a coragem de adentrar a porta dos segredos.

E o que encontraram? Instalações e performances que fizeram uma leitura possível daquele lugar. Entre teias, movimentos, gritos, desvarios, cheiros, rezas, fotos, frascos de medicamentos, desvelou-se uma das tantas caras da loucura. Beirando a sátira, a mostra foi apreciada por uns, desdenhada por outros. Mas, sem dúvida, esta mostra conseguiu transformar o grande público que ali acorreu em ator de um momento histórico.

Durante mais de um século, entrar no São Pedro quase sempre foi sinônimo de comprar uma passagem sem volta. A reforma psiquiátrica, baseada nas leis estadual 9.716/92 e federal 10216/2001 busca reverter este paradigma. Em nosso estado, *São Pedro Cidadão* é o sugestivo nome que serve como a marca da política de atenção à saúde mental dos portadores de sofrimento psíquico. Iniciada pela transformação do São Pedro, as mudanças devem estender-se a todo o Rio Grande do Sul, através da implantação de uma rede integral de atenção à saúde mental.

Sem dúvida, este é um trabalho árduo que se dá através de práticas que mesclam ações políticas abrangentes, tais como caminhadas no Brique da Redenção em 1990, promulgação da Lei da Reforma Psiquiátrica em 1992, abraço ao São Pedro em 1996 e, a partir de 1999, implantação de projetos como Casa de Passagem, Central de Benefícios, Centro de Atenção Psico-Social Infância e Adolescência, Cooperativa Social de Trabalho São Pedro Cidadão, Morada São Pedro, Grupo Executivo para o Parque Histórico do HPSP, entre outros, e singelos atos que vão desde ensinar um morador do Hospital a atravessar a rua, a comer com garfo e faca, lavar sua roupa e, igualmente, conhecer o dinheiro.

Imaginar-se a costura de uma rede social em que se mesclem os de dentro e os de fora em um cerzido de invisíveis fios é o que se tem tentado há alguns anos. Nessa jornada, nessa estrela guia tem sido a reforma psiquiátrica italiana, onde a convivência entre os de dentro e os de fora sempre nos pareceram uma utopia. Contudo, com o espetáculo que presenciei nessa Bienal, posso afirmar que os nove mil e trezentos atores anônimos ali presentes inscreveram-se na história da reforma psiquiátrica, e que, assim, a Itália fica mesmo no Partenon.









sem dúvida, esta mostra conseguiu transformar o grande público . . . que ali acorreu em ator de um momento histórico